



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO

Natália Borges Martins

Direito humano à alimentação da população em situação de rua: construção,
validação e aplicação de um questionário de acesso à alimentação

PPGNut

Programa de Pós-Graduação
em Ciências da Nutrição

UFCSPA

Porto Alegre

2022

NATÁLIA BORGES MARTINS

Direito humano à alimentação da população em situação de rua: construção, validação e aplicação de um questionário de acesso à alimentação

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Ciências da Nutrição da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Daniele Botelho Vinholes

PORTO ALEGRE

Novembro/2022

Catálogo na Publicação

Borges Martins, Natália

Direito humano à alimentação da população em situação de rua: construção, validação e aplicação de um questionário de acesso à alimentação / Natália Borges Martins. -- 2022.

64 p. : 30 cm.

Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição, 2022.

Orientador(a): Daniele Botelho Vinholes .

1. alimentação. 2. população em situação de rua. 3. segurança alimentar e nutricional. 4. direitos sociais.
I. Título.

Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da UFCSPA com os dados
fornecidos pelo(a) autor(a).

Direito humano à alimentação da população em situação de rua: construção, validação e aplicação de um questionário de acesso à alimentação

Dissertação de Mestrado

Porto Alegre, _____ de _____ de 2022.

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a dissertação intitulada **Direito humano à alimentação adequada da população em situação de rua:** construção, validação e aplicação de um questionário de acesso à alimentação, elaborada por Natália Borges Martins, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Comissão Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Simone Morelo Dalbosco

Prof^o. Dr^o. Anderson da Silva Garcez

Prof^a. Dr^a. Tatiana Reidel – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Banca Externa

AGRADECIMENTOS

A minha família que me apoia e constantemente é minha rede de apoio com muito amor e carinho. Sempre levando sorrisos e risadas ao meu dia a dia, são a base do meu crescimento pessoal e verdadeiros impulsionadores para eu buscar meus sonhos. São eles: meu pai, seu João Batista; minha mãe, Dona Rosa Olinda; minha irmã, Milene; meu irmão Filipe; meu sobrinho, João Filipe – o zuzu; minha cunhada, Maria Alice; meu noivo, Renan; meu cunhado, Vinícius; meu sogro, Seu Hildebrando; e minha sogra, Dona Josiane.

À minha orientadora, professora Daniele, que a cada orientação transmitia leveza em suas palavras, atitude esta que possibilitou o processo do mestrado ser um local mais tranquilo e acolhedor.

A minha parceira de coleta de dados, Gabrieli, por dividir comigo a pesquisa de campo.

Aos Centros Pops e à FASC que me acolheram no ambiente de trabalho para que a pesquisa se tornasse real.

Ao PPG ciências da Nutrição da UFCSPA que me acolheu como aluna e pesquisadora.

A Deus minha eterna gratidão, pois fez todos acima existirem na minha vida.

RESUMO

Estima-se que o número de pessoas em situação de rua (PSR) no país ultrapassa 220 mil pessoas. Esta população se caracteriza por ser um grupo heterogêneo que habita ruas e logradouros e muitas vezes têm seus vínculos familiares rompidos, além de vivenciar, muitas vezes, a extrema pobreza. Dentro deste contexto de desigualdade social e vulnerabilidade, as pessoas em situação de rua têm seus direitos violados, como direitos constitucionais à alimentação, saúde e moradia. A insegurança alimentar está presente nos domicílios de 125 milhões de pessoas, segundo último inquérito da Rede de Soberania e Segurança Alimentar em 2021. Apesar da população em situação de rua não estar dentro da amostra deste inquérito, a fome pode estar presente em sua rotina. Além disso, vivenciar a situação de rua é estar em constante violência física e psicológica, além de condições inadequadas de saúde. A literatura não apresenta instrumentos que avaliem o acesso à alimentação deste grupo social e não há dados que verifiquem como é este acesso na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, esta dissertação teve como objetivo construir e validar um instrumento de acesso à alimentação da população em situação de rua. Após esta etapa, foi realizada a aplicação deste instrumento em usuários do Centros de Referência Especializados (Centros Pop's) para pessoas em situação de rua. A validação do questionário se deu em duas etapas, totalizando trinta questões e o questionário foi construído através da análise de documentos que versam sobre alimentação, nutrição, segurança alimentar e população em situação de rua. Na primeira rodada, participaram vinte e três especialistas, já na segunda, dezoito realizaram a validação. O processo de validação com o método Delphi permitiu que o resultado final do instrumento representasse questões mais condizentes com a realidade da população em situação de rua. A aplicação do questionário validado foi realizada em dois Centros Pop's de Porto Alegre, com indicação da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). Ao aplicar o questionário, foram totalizados 65 participantes, que aceitaram participar da pesquisa após o aceite no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os resultados foram analisados através da análise descritiva através de frequências absolutas e relativas (N e %), média e desvio padrão. Segundos os resultados, as principais formas de acesso à alimentação foram aquelas obtidas por meio de instituições públicas e projetos sociais. Também se identificou que o consumo de arroz e feijão era realizado por todos os participantes. Importante destacar que o público desta pesquisa é composto por pessoas que tem acesso aos serviços e, por isso, o acesso à alimentação de pessoas em situação de rua que não têm acesso aos serviços pode ser diferente dos resultados encontrados nesta pesquisa. Compreender o acesso à alimentação pode contribuir com políticas

públicas já existentes, bem como visibilizar este grupo social para o meio acadêmico afim de pensar novas pesquisas e projetos. Ademais, a sociedade civil deve ter sua participação e controle social ativos na sua relação com o Estado, o qual deve garantir o direito à alimentação bem como os demais direitos sociais a todos.

Palavras - chave: Alimentação. População em situação de rua. Estudo de Validação. Técnica Delfos.

ABSTRACT

It is estimated that the number of homeless people (PSR) in the country exceeds 220 thousand people. This population is characterized by being a heterogeneous group that inhabits streets and public places and often have their family ties broken, in addition to often experiencing extreme poverty. Within this context of social inequality and vulnerability, homeless people have their rights violated, such as constitutional rights to food, health and housing. Food insecurity is present in the homes of 125 million people, according to the latest survey by the Sovereignty and Food Security Network in 2021. Although the homeless population is not within the sample of this survey, hunger can be present in their routine. In addition, living on the streets means being in constant physical and psychological violence, in addition to inadequate health conditions. The literature does not present instruments that evaluate the access to food of this social group and there is no data that verify how this access is in the city of Porto Alegre, capital of the State of Rio Grande do Sul. Thus, this dissertation aimed to build and validate an instrument for access to food for the homeless population. After this step, this instrument was applied to users of Specialized Reference Centers (Pop's Centers) for homeless people. The validation of the questionnaire took place in two stages, totaling thirty questions and the questionnaire was constructed through the analysis of documents that deal with food, nutrition, food security and the homeless population. In the first round, twenty-three specialists participated, in the second, eighteen carried out the validation. The validation process with the Delphi method allowed the final result of the instrument to represent questions that are more consistent with the reality of the homeless population. The application of the validated questionnaire was carried out in two Pop's Centers in Porto Alegre, with indication of the Social Assistance and Citizenship Foundation (FASC). When applying the questionnaire, there were a total of 65 participants, who agreed to participate in the research after accepting the Free and Informed Consent Form. The results were analyzed through descriptive analysis through absolute and relative frequencies (N and %), mean and standard deviation. According to the results, the main forms of access to food were those obtained through public institutions and social projects. It was also identified that the consumption of rice and beans was carried out by all participants. It is important to highlight that the target audience for this research is made up of people who have access to services and, therefore, access to food for homeless people who do not have access to services may be different from the results found in this research. Understanding access to food can contribute to existing public policies, as well as make this social group visible to the academic environment in order to think about new research and

projects. Furthermore, civil society must have active participation and social control in its relationship with the State, which must guarantee the right to food as well as other social rights to all.

Keywords: Food. Homeless Persons. Validation Study. Delphi Technique.

LISTA DE ABREVIATURAS

PSR – População em situação de rua

HIV - Human Immunodeficiency Virus

AIDS - Síndrome da imunodeficiência adquirida

FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania

CREAS - Centros de Referências Especializados de Assistência Social (CREAS)

CENTRO POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

PNAN – Política Nacional de Alimentação e Nutrição

COVID 19 - Coronavirus disease 2019

ONG - Organização Não-Governamental

IVC – Índice de validade de conteúdo

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ONU – Organização das Nações Unidas

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

UFCSPA - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
3 JUSTIFICATIVA	24
4 OBEJTIVOS	25
4.1 OBJETIVO GERAL	25
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	25
5 LISTA DE REFERÊNCIAS	26
6 ARTIGO 1.....	29
7 ARTIGO 2.....	29
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
9 METODOLOGIA AMPLIADA.....	30
APÊNDICE A. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – PROFISSIONAIS DA SAÚDE.....	33
APÊNDICE B. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - PARTICIPANTES EM SITUAÇÃO DE RUA	35
APÊNDICE C. QUESTIONÁRIO DE ACESSO À ALIMENTAÇÃO PELA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	37

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o produto do Mestrado em Ciências da Nutrição (UFCSPA). A alimentação é um direito humano inerente ao nascer. Nessa perspectiva, todos, sem distinção, devem ter acesso à alimentação segura e adequada e o Estado deve fornecer as condições dignas para este acesso. No entanto, sabe-se que a insegurança alimentar está presente no lar de diversas famílias. Apesar desta realidade, existe parte da população que não tem acesso à alimentação adequada e nem mesmo à moradia: pessoas em situação de rua. Como o próprio conceito expressa, a ausência de moradia é uma situação, à qual leve o indivíduo a buscar outras formas de permanecer em residência, como albergues, abrigos e em casos mais graves, espaços públicos como ruas e avenidas. Compreender como é o acesso à alimentação de pessoas nesta situação foi o impulsionador das pesquisas realizadas neste trabalho. Para isto foi construído um questionário de aferição de acesso à alimentação de pessoas em situação de rua que, após sua validação, foi aplicado no público-alvo desta pesquisa, em Centros POP do município de Porto Alegre.

Realizar a pesquisa à campo foi um momento de sensibilidade e aprendizado quanto a diversas realidades presente no país, representadas por uma parcela de pessoas que vivenciam a insegurança e violações de direitos. Pensando em uma lógica de apresentação, o artigo um deste trabalho traz o processo de validação e o produto do questionário. Já o artigo dois elucida os resultados da pesquisa realizada com pessoas em situação de rua através da aplicação do questionário validado. O título do primeiro artigo é “Construção e validação de conteúdo de um questionário sobre acesso à alimentação para população em situação de rua” e do artigo 2 é “O acesso à alimentação de pessoas em situação de rua de uma capital brasileiro”, representado um percurso coerente com a construção do trabalho desenvolvido.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial teórico é dividido em três seções. Na primeira parte, aborda-se a história e perfil da população em situação de rua no Brasil. Ademais, também traz elementos sobre a situação deste grupo social durante a pandemia de Covid 19 no país. A segunda parte versa sobre a saúde da população em situação de rua que vive em constante insegurança nas ruas. E por último, há colocações referentes ao direito humano à alimentação adequada e acesso do alimento por este grupo. Importante destacar que este trabalho aborda o contexto brasileiro da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

2.1 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (PSR) NO BRASIL

2.1.1 História da população em situação de rua

Historicamente, o movimento dos indivíduos em situação de rua começou quando o capitalismo tomou o lugar do feudalismo com a Revolução Industrial, no século XVIII. Com isso, os camponeses passavam a vender sua força de trabalho para a indústria e perdiam suas propriedades. Nem todos conseguiam se adaptar a essas mudanças cruéis e logo eram rejeitados pela produção capitalista e, como resultado, passavam a sobreviver na rua (SILVA, 2009). Conforme Silva (2009), os fatores acima relacionados foram primordiais para o surgimento desse grupo também no Brasil.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, essa população é definida como:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar. (BRASIL, 2009, p. 35).

Nesse contexto, apesar de heterogênea, a população em situação de rua converge na vivência da vulnerabilidade e violência nas ruas. O relatório do Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis (CEDDH MG), de 2014, revelou as violações sofridas pela PSR no Brasil. Dentre as violações registradas na Polícia Civil e/ou Ministério Público estão a violência física, institucional, negligência e violência psicológica. (CNDDH, 2014). Essas violações são fruto do processo de

desumanização que esta população se encontra. É importante destacar que a violência sofrida por mulheres em situação de rua, proporcionalmente, é maior que em homens na mesma situação (CNDDH, 2014). Além disso, Nonato aponta que a PSR é vista como poluição urbana dentro das cidades, o que causa um incômodo às instituições e à sociedade. Dentro deste contexto, conceitua-se “*Aporofobia*” como aversão a pessoa pobre e, com isso, cria-se meios de segregação de classes mais baixas na sociedade (DEUS, 2021). Trazendo para a realidade de quem habita as ruas, podem-se destacar pedras pontiagudas que são colocadas em calçadas e separações de alças em bancos de praças para evitar que este grupo possa dormir em ambientes públicos. A reflexão que se elucida é a de que, muitas vezes, quem deveria proteger essa população está afastando-a de uma condição de vida digna.

Para compreender melhor a evolução das políticas públicas destinadas a este público, é necessário analisar os contextos históricos relacionados. Na década de 1980, o Brasil passou por uma redemocratização, estabelecendo uma Constituição Federal para garantir os direitos sociais à população. Em 2008, foi publicada a Política de Inclusão social da população em situação de rua, fruto do trabalho do grupo interministerial do Governo Federal da época. Esta política teve como objetivo orientar a construção e execução de políticas públicas voltadas a este segmento da sociedade, além de que sua instituição possibilitou avanços nas ações intersetoriais de reintegração da PSR e ampliou o acesso aos direitos sociais (BRASIL, 2008). Além disso, em 2009 foi publicada a Política Nacional da População em Situação de Rua (Decreto nº 7053/2009) que trouxe como princípios o respeito à dignidade da pessoa humana, direito à convivência familiar e comunitária, valorização e respeito à vida e à cidadania, atendimento humanizado e universalizado e respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência (BRASIL, 2009).

Apesar desse avanço na luta pelos direitos e políticas, há ainda muito a se evoluir para que haja alcance a toda a população em situação de rua que, por sua heterogeneidade, vivem diferentes realidades e especificidades. Percebe-se que o número de pessoas em situação de rua está aumentando no país, principalmente pela crise econômica atual. Apesar de não haver dados atualizados, este aumento é visivelmente identificado nas cidades, além de relatados por projetos sociais que atendem esta população (GAMEIRO, 2021). Dessa forma, é necessário intensificar programas e políticas de erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais para que a situação de rua seja transitória e/ou a menos não aconteça (BRASIL, 1988).

Um dos fatores dificultadores do acesso aos direitos humanos é o preconceito e a exclusão social atreladas a esta população. Uma pesquisa realizada junto ao Consultório de Rua observou que há preconceitos vividos pela PSR, sendo que os mais expressivos estão relacionados como a forma de sustento (catação, prostituição), doença (Tuberculose, HIV, psíquica), uso de crack e imagem de si. Nesse sentido, é necessário criar diálogos para contribuir com as políticas públicas e desfazer os estigmas sobre PSR que impactam ainda mais no cotidiano dessa população em vulnerabilidade social (BRITO; SILVA, 2022).

2.1.2 Perfil da população em situação de rua no Brasil e em Porto Alegre

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2020, lançou a Nota Técnica nº 73 com dados sobre a estimativa da população em situação de rua no Brasil, considerando o período de setembro de 2012 a março de 2020. No Brasil, não há contagem oficial do número de pessoas em situação de rua, invisibilizando ainda mais este grupo no âmbito das políticas públicas. Apesar disso, percebe-se um aumento do registro da PSR no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) nos últimos anos. Sendo assim, esta última estimativa totaliza 221.869 mil pessoas em situação de rua no país, sendo a região Sudeste a com maior concentração (56,2%), seguida da região Nordeste (17,2%) e Sul (15,1%). Com a crise econômica agravada pela pandemia, é necessário realizar nova estimativa para compreender o impacto nesta população.

Em 2008, realizou-se o 1º censo da população em situação de rua em 71 cidades brasileiras, totalizando 31.922 pessoas nesta situação. Quanto às características sociodemográficas deste grupo neste Censo, identificou-se que 82% são homens e 39,1% pardos. Em relação à formação escolar, 63,5% não concluiu o ensino fundamental, 17,1% não sabem ler e escrever e 3,8% informaram estar realizando algum curso profissionalizante ou de ensino formal. Referente aos motivos que levaram este público a estar em situação de rua, destacam-se: problemas de alcoolismo ou drogas, desemprego e briga familiar. É importante destacar que a população é composta, em sua maioria, por trabalhadores, sendo que 70,9% atuam em alguma atividade remunerada. As principais atividades desempenhadas são “catadores” de materiais recicláveis, flanelinha, construção civil, limpeza e carregador. Esses dados se opõem ao pré-conceito criado pela sociedade, o qual determina que este público não trabalha (BRASIL, 2009).

Ainda neste Censo, há questões importantes a serem destacadas. Dos entrevistados, a maioria consegue fazer ao menos uma refeição diária, entretanto, 19% não conseguem se

alimentar todos os dias. No que tange à higiene, a PSR utiliza albergues, abrigos, banheiros públicos, casa de parentes ou amigos, estabelecimentos comerciais para tomar banho e realizar suas necessidades. Com as questões de alimentação e higiene limitados, o adoecimento entre os entrevistados é presente: aproximadamente 30% afirmam ter algum problema de saúde, como hipertensão, diabetes, HIV/AIDS ou problema psiquiátrico. Outra situação preocupante é a falta da posse de documentação: 24,8% não possuem qualquer documento, o que dificulta a obtenção de trabalho e até mesmo acesso aos serviços e programas governamentais. Além disso, 88,5% afirmam não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais. Além de todas essas dificuldades no acesso a direitos básicos, como alimentação e higiene, a população em situação de rua ainda vivencia a discriminação. Segundo o Censo, mais da metade dos participantes já foram impedidos de entrar em estabelecimentos públicos ou privados. (BRASIL, 2009)

Em nível municipal, o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) lançou o Mapeamento da população em situação de rua na região metropolitana de Porto Alegre dentro do escopo do projeto “Economia Solidária e População em Situação de Rua: estratégias de valorização do saber-fazer a partir da inclusão socioeconômica e da autonomia da População em Situação de Rua na Região Metropolitana de Porto Alegre”. Dentro desse mapeamento, foram realizadas 611 entrevistas em Porto Alegre e região metropolitana, sendo 441 apenas na capital gaúcha. Com esses dados, pôde-se analisar o perfil geral dessa população, cuja idade ficou entre 30 e 44 anos, gênero prioritariamente masculino (83,8%), e etnia predominante branca (45,7%), seguido por negra (26,7%) e parda (25,2%). Em relação aos arranjos familiares, mais de 72% não tinham companheira/o, e mais de 38% não tinham filhos. Quanto à escolaridade, a maioria tem o ensino fundamental incompleto (55,2%), mais de 15% o ensino médio completo, e 1,6% com ensino superior completo (CAMP, 2017).

Além disso, é importante destacar que, ainda nesse mapeamento, mais de 80% da população entrevistada não possui acesso a ferramentas de comunicação, como telefone ou e-mail, e, dentre as principais ocupações/atividades dessa população, estava a construção civil (14,7%), limpeza e serviços gerais (8,7%), vendedor ambulante (7,9%), catador (7,4%), serviços de alimentação (5,9%), dentre outras profissões, e 34,5% não possuía nenhuma ocupação. Com isso, tornam-se perceptíveis as diferentes profissões ocupadas pelas pessoas em situação de rua que contribuem para a sua renda pessoal, sendo que 30% dos entrevistados recebiam até meio salário-mínimo, e 19% de meio até um salário-mínimo. No entanto, mais de 32% não possuía nenhuma renda. Outro dado muito relevante da pesquisa é o fato de 85,6% dos entrevistados não receberem nenhum benefício (CAMP, 2017). Segundo os últimos dados

fornecidos pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), em 2021, há 3.850 pessoas em situação de rua na capital gaúcha, representando um aumento de 43% comparado a 2020 (FASC, 2021).

2.1.3 População em situação de rua e Covid-19

No início de 2020, a Covid-19 chegou ao Brasil, reestruturando sua condição sanitária e econômica. Dentre as recomendações da Organização Mundial da Saúde para prevenção do Coronavírus estavam: lavagem das mãos, evitar contato próximo com pessoas doentes, distanciamento social e utilização de álcool em gel e máscara (OMS, 2020). Percebe-se que essas recomendações são propícias a quem reside em domicílios, não contemplando a população em situação de rua que não tem acesso à água e à moradia fixa.

Sendo assim, dentro de um cenário sanitário inseguro, a desigualdade social foi intensificada, tornando a PSR ainda mais exposta à vulnerabilidade. Nesse contexto, o Ministério da Economia, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, fez uma nota técnica com levantamento de medidas municipais destinadas a esta população para o período de pandemia (BRASIL, 2022). Dentre as principais ações emergenciais realizadas estavam a instalação de novas unidades de abrigo, ampliação dos horários de restaurantes populares e sua descentralização, aumento da concessão de auxílio moradia, orientações sobre cuidado, higienização, entrega de kits de higiene, instalação de equipamentos de limpeza, triagem médica em abrigos e vacinação contra gripe específica para esta população.

Em nível municipal, o Plano de Contingência do COVID -19 de Porto Alegre para a população em geral, há como adição de serviço de saúde a “entrega do Centro de Acolhimento e Isolamento Social (Cais), para abrigar de população em situação de rua e a pessoas com COVID-19 sem condições adequadas de distanciamento social”. No entanto, no Plano de Contingência Nacional e Estadual do Rio Grande do Sul, não há ações específicas para população em situação de rua. É importante destacar que no Plano Emergencial de Proteção Social não incluía a população em situação de rua dentre os grupos em situação de vulnerabilidade (PORTO ALEGRE, 2020) Alguns trabalhos propuseram sugestões práticas para atuação no atendimento à população em situação de rua frente à pandemia no Brasil. Dentre as ações e estratégias estão: estratégias de prevenção como distribuição de produtos de higiene e máscaras; estratégias de intervenção, como encaminhar a PSR com suspeição de COVID-19 para unidades de saúde; estratégias de conscientização sobre a doença; estratégias

de infraestrutura, como instalação de pias e recursos para aluguel e estratégias para os trabalhadores para orientar como realizar o contato direto com a PSR (HONORATO; OLIVEIRA, 2020). Essas ações propostas devem ser ajustadas conforme a realidade de cada município, porém, em Porto Alegre, não foram divulgadas as ações realizadas para este público.

Não se tem dados atualizados sobre o número de pessoas em situação de rua pós-pandemia, todavia, uma pesquisa realizada pela prefeitura do Rio de Janeiro revelou que há novos integrantes neste grupo social, consequência da falta de emprego e moradia, resultado da crise econômica do Covid-19 (FIOCRUZ, 2021).

2.1.4 Serviços de atenção à pessoa em situação de rua em Porto Alegre - FASC

A FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania) é o órgão da Prefeitura Municipal de Porto Alegre responsável pela Política de Assistência Social, a qual tem como objetivo, ofertar serviços, programas e benefícios que promovam a inclusão de cidadãos, famílias e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social. A Política Nacional de Assistência Social define a assistência como direito à proteção social e objetiva a consolidação dos direitos sociais a todos que dela necessitam. (FASC, 2022). Nesse sentido, a FASC apresenta duas frentes de trabalho: proteção social especializada e proteção social básica. As ações de média complexidade, dentro da proteção social especializada e proteção social básica, envolvem acompanhamento socioassistencial às famílias e indivíduos que se encontram em situação de violação de direitos por ocorrência de: violência física e/ou psicológica, negligência, maus tratos, abandono, violência sexual, abuso e/ou exploração sexual, situação de rua e mendicância, vivência de trabalho infantil, entre outras violações. Os atendimentos dessa população acontecem nos nove Centros de Referências Especializados de Assistência Social (CREAS) - que são serviços regionalizados por território e localizados em pontos estratégicos da capital.

Para a PSR, destacam-se os seguintes serviços de atenção socioassistencial:

I. Abordagem Social: vinculado ao CREAS, esse serviço tem o objetivo de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, as situações de rua de crianças, adolescentes, indivíduos adultos e famílias. Com isso, há a finalidade de estabelecer vínculos entre a pessoa em situação de rua e a equipe de abordagem. É necessária a presença de educadores e técnicos social para criação de rede

acolhedora. Além disso, trabalha com a possibilidade de retomada de vínculo familiar, com a comunidade e a produção de autonomia.

II. **Centro Pop - Centro de Referência Especializado para População em Situação:** este serviço promove atendimento social com equipe multidisciplinar para adultos, idosos e famílias em situação de rua, de forma individualizada e coletiva. O atendimento é realizado durante o período diurno, propondo aos usuários alternativas de enfrentamento à situação de rua e encaminhamentos junto a rede de serviços. Atualmente, Porto Alegre possui 3 Centros POP.

III. **Albergues:** estes espaços oferecem atendimento de pernoite, com dormitórios, cuidados de higiene e alimentação. Ademais, também trabalham com encaminhamentos à rede.

IV. **Abrigos:** os abrigos são destinados a pessoas em situação de rua que necessitam de proteção integral. Diferentemente dos albergues, estes espaços têm atendimento 24 horas e oferecem alimentação, repouso, higiene e vestuário.

Estes serviços, derivados do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), contribuem não só para o assistencialismo, mas também para a inserção social, proteção e construção de autonomia, ações fundamentais para a emancipação da população em situação de rua.

2.2 A CONDIÇÃO DE SAÚDE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O acesso à saúde da população em situação de rua é limitado uma vez que esse grupo se encontra em situação de vulnerabilidade social e econômica. A pessoa em situação de rua sofre diariamente diversos obstáculos no acesso à saúde: protocolos que dependem da necessidade de acompanhamento de algum familiar ou conhecido (o que é dificultado pelo rompimento de vínculos familiares que muitas vezes acometem esta população), o não cadastramento no sistema de saúde, e despreparo de profissionais para atender essa população (MIRANDA, 2014). Uma pesquisa mostrou, também, que os indivíduos em situação de rua não participam de ações de prevenção de saúde. A autora concluiu que mesmo com avanços na promoção de saúde pela Política Nacional da População em situação de Rua, ainda há falta de atendimento e conseqüentemente violação deste direito social (FUMIAN, 2013).

O conceito de saúde pode variar ao longo do tempo conforme a sociedade modifica. Nesse sentido, atualmente a saúde está cada vez mais conectada à equidade e justiça social. Nesse contexto, a população de rua vivencia o risco à saúde e à segurança diariamente

(SANCHES; CICONELLI, 2011). Em 2011, foi realizado o primeiro cadastro das pessoas em situação de rua de Porto Alegre/RS, totalizando 1.347 pessoas. Este registro, realizado pela Prefeitura Municipal juntamente com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), possibilitou maior mobilização quanto à garantia dos direitos da PSR. No entanto, há ainda um desencontro entre Governo e População em situação de rua na relação da ação da política, o que impacta na garantia dos direitos, inclusive o de acesso à saúde (SCHUCH *et al.*, 2015).

É relevante compreender que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) executa diversos serviços voltados para o atendimento da PSR desde 1994, inclusive encaminhamentos articulados com a rede em relação à saúde. Também, segundo o retrato censitário da população adulta em situação de rua de Porto Alegre, os principais problemas de saúde encontrados na população foram questões relacionadas à dependência química/álcool, problemas de saúde bucal, dores no corpo e problemas de saúde mental (SCHUCH *et al.*, 2012). O uso de álcool e outras drogas, geralmente, pode estar relacionado à consequência e causa de estar nas ruas, além da exposição à violência (BRITO; SILVA, 2022). Essas informações revelam o sofrimento que este grupo social vivencia na vulnerabilidade de estar nas ruas. Por isso, é fundamental o estudo da saúde desta população com objetivo de contribuir e fortalecer políticas que atuam neste segmento.

Segundo Schervinsk *et al.* (2017), um dos principais motivos de acesso aos serviços de saúde pela população em situação de rua é a questão relacionada com drogas e/ou alcoolismo. Em Minas Gerais, o estudo de Valle e Farah (2020) também revelou que os motivos para acessar ao serviço de saúde eram consequências de vivenciar a situação de rua, além da potencialização de doenças pré-existentes, como a tuberculose. Além dessas dificuldades, há outras relacionadas com o preconceito, discriminação, violência física e sexual, trabalho informal precário, além das doenças crônicas já existentes e o medo de “passar mal” e não ser atendido (VALLE; FARAH; JUNIOR, 2020). É importante destacar que todas essas dificuldades potencializam problemas de saúde mental, os quais não são tratados de forma adequada nos serviços de saúde respectivos por falta de capacitação e estratégias para lidar com esta população. (BORYSOW; FURTADO, 2013). Isso corrobora o não acesso à saúde em condições humanas.

Um dos principais equipamentos de saúde da população em situação de rua são os consultórios de rua, instituídos pela Política Nacional de Atenção Básica, que visam o atendimento integral deste grupo social. A lógica dos consultórios de rua, como equipe da Atenção Básica, é atuar na ampliação do acesso aos serviços de saúde sendo itinerante e

prestando atendimento em diálogo com esta população que tem seus vínculos familiares fragilizados. Ademais, o cuidado em saúde da PSR inclui profissionais também da saúde bucal, pensando a integralidade do cuidado (PNAB, 2020).

Em 2012, foi publicado o Manual sobre o cuidado à saúde junto da PSR de rua pelo Ministério da Saúde. Este Manual revelou que as principais queixas de saúde são dores nos pés, justamente por esta população passar horas do dia se locomovendo a pé pela cidade. Além das dores nos pés, podem se destacar a tuberculose, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez de alto risco, doenças crônicas como hipertensão e diabetes, questões de saúde bucal e situações de uso de álcool e outras drogas. Nesse sentido, além do tratamento destas principais queixas, a equipe que atende esse grupo deve perpetuar a não discriminação e preconceito, que é uma das principais barreiras de acesso à saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

2.3 O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO DE QUEM VIVENCIA A RUA

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), decretou no artigo 25º:

Art 25. “todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle”.

Nesse sentido, todos os países-membros, seus respectivos órgãos e sociedade, devem trabalhar na garantia destes direitos. No Brasil, a emenda nº 64 de 2010 inseriu na Constituição Federal de 1988 a alimentação como um direito social, impondo esta pauta na agenda política das ações governamentais. Além disso, torna-se obrigação do Estado garantir a alimentação e segurança alimentar à população brasileira.

Ainda que haja esta obrigação, os dados atuais da insegurança alimentar e da fome são alarmantes. Conforme o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2022) existem 125,2 milhões de pessoas com algum grau de insegurança alimentar no país. Antes de definir os graus de insegurança alimentar, é necessário compreender o conceito de segurança alimentar conforme a Lei Orgânica de Segurança Alimentar (LOSAN) de 2006:

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas

alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Nesse sentido, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, instrumento utilizado neste inquérito, estratifica a insegurança alimentar em três níveis: insegurança alimentar leve (quando há receio de passar fome em um futuro próximo), insegurança alimentar moderada (quando há restrição na quantidade de comida para a família) e insegurança alimentar grave (nos casos de falta de alimento na mesa), sendo esta última a fome. Ademais, mais de 33 milhões de pessoas estão passando fome no Brasil, resultado dos desmontes de políticas públicas de alimentação e nutrição nos últimos anos, como a extinção do Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição. Em nível estadual, o Rio Grande do Sul apresenta 47,6% da população com algum grau de insegurança alimentar, sendo 14,1% em situação de fome (REDE PENSSAN, 2022).

Apesar destes dados alarmantes, é importante destacar que esta pesquisa foi realizada em pessoas residentes em domicílio, não abrangendo a população em situação de rua, população indígena e quilombola, os quais também vivenciam a insegurança alimentar. Por não haver moradia fixa, pessoas em situação de rua precisam ir ao encontro do alimento. Uma pesquisa realizada com 10 instituições, identificou quatro formas de acesso à alimentação pela população em situação de rua: ações particulares, ações individuais, ações do Estado e ações de projetos sociais. O acesso por meio das ações individuais é a aquisição de alimentos pela renda própria da pessoa em situação de rua, tanto pelo trabalho ou benefício governamental como o auxílio Brasil. A ação de particulares é uma forma frequente de acesso uma vez que há doação de restaurantes comerciais, por exemplo. Já o acesso através de ações do Estado são os programas e políticas sociais, como restaurantes populares e oferta de refeições em outros espaços (Abrigos, Albergues e Centros POP's). Por último, há as ações realizadas por projetos sociais (ONGS), que cresceu durante o período de pandemia. Dentro desse contexto, um estudo revelou que a redução da atuação do Estado em causas sociais induziu o crescimento dessas organizações sociais (FERREIRA, 2005). Como consequência da falta de atenção do Governo perante assuntos de interesse social, as ONGs e demais atividades fizeram-se necessárias para auxiliar no acesso a direitos, como a alimentação da PSR e o reconhecimento desse grupo.

Em 2020, foi publicada a Lei nº 14.016 que dispõe sobre o desperdício de alimentos e doação de excedentes para o consumo humano. Em um primeiro momento, a ideia da legislação é interessante, no entanto, não há como garantir que o alimento doado esteja em condições próprias para o consumo, podendo colocar a saúde do consumidor em risco, principalmente a

população de rua que vive em situação de vulnerabilidade. Por parte da obrigação do Estado, uma política social que auxilia no acesso à alimentação são os restaurantes populares. Estes restaurantes têm como objetivo “[...] promover o acesso da população urbana à alimentação adequada, a preços acessíveis, com prioridade aos segmentos mais vulneráveis, além de amenizar a insegurança alimentar” (PADRÃO; AGUIAR, 2018). Apesar de o Programa de Restaurante Popular ter efetividade e melhorar a questão do acesso à alimentação por populações mais vulneráveis, verifica-se que o governo não tem recursos suficientes para manter o serviço funcionando de forma adequada (PADRÃO; AGUIAR, 2018).

Além dos restaurantes populares, que são uma iniciativa do governo, há inúmeras ações voluntárias, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e projetos sociais que corroboram a promoção do bem-estar a diversas populações, dentre elas, a de rua. O Conselho Nacional do Ministério Público, inclusive, sugere aos membros dos Ministérios Públicos da União e dos estados – no âmbito do monitoramento e acompanhamento dos serviços oferecidos à população de rua – realizar o mapeamento e a estruturação da rede de proteção à pessoa em situação de rua do município, a qual pode ser composta, inclusive, por movimentos sociais e ONGs, o que revela um incentivo governamental para que haja esses trabalhos sociais (CNMP, 2015).

Segundo a definição do Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014), a alimentação é a ingestão de nutrientes a qual leva em conta o preparo do alimento, as características do modo de comer e as dimensões culturais e sociais das práticas alimentares da população. Além disso, o Guia também explica que a alimentação adequada e saudável é um direito humano básico, e isso envolve garantir o acesso de forma permanente e regular a toda sociedade, considerando a qualidade e segurança do alimento. As orientações presentes no Guia Alimentar são essenciais para que a população tenha uma alimentação saudável, porém, os grupos em situação de vulnerabilidade apresentam barreiras para seguir estas orientações, como a população em situação de rua. Nesse sentido, sabe-se que a condição de pobreza e a vivência da fome colocam os indivíduos em uma posição e padrão alimentar insuficiente e inadequado (ALBUQUERQUE, 2009), retirando o direito desse indivíduo de disponibilidade de um alimento seguro e de qualidade.

3 JUSTIFICATIVA

A alimentação é um direito social previsto na Constituição Federal, logo é dever do Estado garanti-lo a qualquer grupo social, ou seja, garantir também à população em situação de rua (BRASIL, 1988). No entanto, as ações do Estado acabam não sendo suficientes para atingir toda a população em situação de rua que vem crescendo em nível nacional (IPEA, 2020). Além disso, a pandemia do Coronavírus impactou toda a sociedade, mas também evidenciou a desigualdade já vivenciada no país às pessoas em vulnerabilidade social (UFB, 2020). Sendo assim, é importante compreender como a PSR acessa à alimentação cotidianamente, mas, para isso, é importante instrumentos adequados para este fim. Na literatura científica, não existem questionários próprios para avaliar o acesso à alimentação por este grupo específico. Apesar de haver instrumentos que aferem a alimentação como questionários de frequência alimentar, estes não são aptos para verificar acesso à alimentação, bem como para aferir frequência alimentar da população em situação de rua, que vivenciam uma realidade diferente da população que reside em domicílio. Desta forma, é importante a construção de um questionário validado que verifique o acesso à alimentação para que, assim, possa-se debater esse tema e dialogar com as políticas públicas e órgãos competentes a fim de garantir qualidade de vida digna a essa população, além de visibilizar este grupo social na Ciência da Nutrição. Esta dissertação é um avanço da pesquisa sobre alimentação e população em situação de rua realizada na Especialização em Saúde Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2021.

4 OBEJTIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Elaborar e validar um instrumento de avaliação da acessibilidade à alimentação de pessoas em situação de rua que utilizam os Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros POP) da cidade de Porto Alegre/RS.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Elaborar um instrumento com propósito de avaliar a acessibilidade à alimentação pela população em situação de rua.

Verificar a validade do instrumento à luz dos profissionais de saúde que atendem esta população.

Avaliar o acesso à alimentação em pessoas em situação de rua na cidade de Porto Alegre.

5 LISTA DE REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. F. M. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. **Revista Nutrição**, Campinas, v. 22, n. 6, p 895 - 903, novembro a dezembro, 2009.

INSTITUTO DE POLÍTICAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA). **Nota técnica:** estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020). IPEA, 2020.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022..

BRASIL. **Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial 2006, Brasília. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm> Acesso em 20 de nov. de 2022

BRASIL. **Lei nº 14.016 de 23 de junho de 2020**. Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano, 2020. Disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.016-de-23-de-junho-de-2020-263187111>> Acesso em 15 de set. de 2022.

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento e combate à fome**. Estudo técnico nº 01, Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional, 2014.

BRASIL, **Ministério da Saúde**. Política Nacional de Atenção Básica, 2017. Acesso em <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html> Acesso em 18 de set. de 2022.

BRASIL, **Ministério da Saúde**. Manual sobre cuidado à saúde junto da população em situação de rua, 2012. Disponível em <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populacao_rua.pdf> Acesso em 18 de set. de 2022.

BRASIL. População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais. **Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, Ministério da Economia**, 2020. Disponível em <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10078/1/NT_74_Diest_Disoc_Populacao%20em%20Situacao%20de%20Rua%20em%20Tempos%20de%20Pandemia.pdf> Acesso em 09 de set. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, seção I, 05 out. 1988.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **A Política Nacional para a População em Situação de Rua**. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em 09 set. 2021

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**, maio, 2008. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/inclusaooutros/aa_diversos/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf. Acesso em 09 de jul. de 2022.

BRASIL. Rua: aprendendo a contar - **Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua**. Ministério do Desenvolvimento e combate à fome, 2009. Disponível em <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf> Acesso em 11 de set. de 2022.

BRITO, C.; SILVA, L. N. População em situação de rua: estigmas, preconceitos e estratégias de cuidado em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 1, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232022271.19662021>>. Acesso em: 19 set. 2022.

BUSS P.,M.; FILHO,A.,P. A saúde e seus determinantes sociais. **Revista Saúde Coletiva**, v.7, n.1, p.77-93, Rio de Janeiro, 2007.

CNDDH. Centro Nacional De Defesa Dos Direitos Humanos Da População Em Situação De Rua E Catadores De Material Reciclável. **Violações contra a população em situação de rua no Brasil** - um exercício de análise dos dados do CNDDH, 2014.

DEUS, F.R. O conceito de “aporofobia” de Adela Cortina: reflexões sobre a sistêmica aversão ao pobres e a pobreza. **Revista de Filosofia**, v2, n.1, p. 123-136; Salvador, 2020.

FERREIRA, V.C.P. ONGS no Brasil: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento. **Tese da Escola de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas**, Rio de Janeiro, 2005.

FUMIAN L.O. Perfil socioeconômico e de saúde da população em situação de rua, situado na Lapa-RJ. **Mestrado em Saúde da Família**, Pós Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2013.

GAMEIRO, N. A população em situação de rua aumentou durante a pandemia, **Fundação Oswaldo Cruz**. Brasília, 2021. Disponível <<https://portal.fiocruz.br/noticia/populacao-em-situacao-de-rua-aumentou-durante-pandemia>> Acesso em 13 de nov. 2022.

GOMES JUNIOR, N. N.; PESSANHA, L. D. R.; MITCHELL, P. V. Acesso À alimentação como direito social no Brasil: implicações para a sociedade e para o sistema nacional de informações. **SER Social**, [S. l.], v. 12, n. 27, p. 116–144, 2010. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12716. Acesso em 18 set. 2022.

HONORATO, B.E.F.; OLIVEIRA, A.C.S. População em situação de rua e COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v.54, n.4, p 1064-1078, Rio de Janeiro, 2020

MARTINS, B. N.; REIDEL, T. O acesso à alimentação da população em situação de rua de Porto Alegre: uma desigualdade intensificada pela pandemia. **Trabalho de Conclusão de Curso** – Especialização em Saúde Pública UFRGS, Porto Alegre, 2021

MIRANDA, F.A. **Direito à saúde da população em situação de rua Salvador**. Dissertação apresentada ao Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador. Salvador, 2014.

MONTEIRO. D.;CHAGAS, J.V. FIOCRUZ. **Pandemia de Covid-19 muda perfil de população em situação de rua**. 2021. Disponível em <<https://portal.fiocruz.br/noticia/pandemia-de-covid-19-muda-perfil-de-populacao-em-situacao-de-rua>> Acesso em 10 de set. de 2022.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos do Homem** [1948]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em 11 de set. 2022.

NONATO, D.N. Pessoas em situação de rua e violência: entrelaços em nome da suposta garantia da segurança pública. **Revista Direito em Debate**, n.49, p. 90-116, 2018.

PADRÃO, S. M. ; AGUIAR, O. B. **Restaurante popular: a política social em questão**. Revista em Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 02 - 20, 2018.

PORTO ALEGRE. **Fundação de Assistência Social e Cidadania. Serviços de Assistência Social**. Disponível em < https://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=56> Acesso em 20 de nov. 2022

REDE PENSSAN, II VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2022. Disponível em <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>> Acesso em 03 de set. de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria Estadual de Saúde**. Centro Estadual de Vigilância em saúde. Plano de contingência e ação estadual do rio grande do sul para infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV); 2020. Disponível em < <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/plano-de-acao-coronavirus-2020-rs.pdf>> Acesso em 12 de nov. 2022

SANCHEZ, R.M, CICONELLI, R.M. Conceitos de acesso à saúde. **Rev Panam Salud Publica**. 2012;31(3):260–8.

SILVA, M. L. L. Trabalho e população em situação de rua no Brasil. São Paulo. Cortez, 2009.

SCHUCH, P. A Legibilidade como Gestão e Inscrição Política de Populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil, Porto Alegre, 2015.

VALLE, F.A.A.L; FARAH, B. F.; JUNIOR, N.V. As vivências na rua que interferem na saúde: perspectiva da população em situação de rua. **Revista Saúde Debate**, v.44, n. 124, p. 182 -192, janeiro de 2020.

6 ARTIGO 1

7 ARTIGO 2

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante considerar que o termo “população em situação de rua” demonstra uma transitoriedade destas pessoas nesta situação. Dessa forma, termos como “morador de rua” ou “mendigo” reforçam estereótipos e são considerados inadequados. A visibilidade desta população começa pela sua designação na terminologia adequada.

Sintetizo, ainda, que o objetivo geral da dissertação foi respondido no artigo 1, bem como os objetivos específicos no artigo 2, ilustrados na página 21 deste trabalho.

Destaco, aqui, que estudar e compreender a realidade da população em situação de rua é verificar, um pouco, da situação de vulnerabilidade que estas pessoas vivenciam todos os dias. Além disso, a coleta de dados foi um momento de aprendizado e crescimento pessoal e profissional, mesmo que em alguns momentos a saúde mental fosse abalada pelo ambiente escutado. Nesse contexto, realizar o processo de mestrado e pesquisa possibilitou desenvolvimento acadêmico como pesquisadora, mas principalmente o desejo de sempre lutar para que todos tenham acesso aos direitos. Como nutricionista, antes de educar a população a se alimentar de forma adequada, é fundamental buscar que toda a sociedade possa acessar aos alimentos saudáveis.

9 METODOLOGIA AMPLIADA

Esta pesquisa é um estudo quali-quantitativo, sendo o método Delphi considerado qualitativo e a aplicação do questionário quantitativo, que passou por três etapas metodológicas apresentadas a seguir. Além disso, foi aprovada pelo comitê de ética sobre o número 52803321.80000.5345 e não possui financiamento e nem conflitos de interesse.

Elaboração do questionário de acesso à alimentação da PSR

Esta pesquisa consistiu na elaboração e validação de um questionário para avaliar o acesso à alimentação pela população em situação de rua. Os documentos primordiais analisados para construção do questionário foram o Guia Alimentar para População Brasileira, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, a Política Nacional da População em situação de rua, Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional e a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Nesta análise, foram observados os aspectos referentes à alimentação e acesso e, dessa forma, construiu-se indicadores baseados nos documentos. Sequencialmente, esses indicadores foram divididos em itens e foi elaborada a primeira versão do questionário para ser validado.

Validação do questionário

Após construção do questionário, este passou por validação de conteúdo através de um painel de profissionais especialistas no tema alimentação e nutrição e/ou população em situação de rua sendo: pesquisadores na área, profissionais que atuam com a PSR e nutrição e para qualificar o estudo de validação, participaram também nutricionistas vinculadas à Fundação de Assistência Social e Cidadania, que trabalham nos Centros Pop de Porto Alegre. A validação foi realizada através do Método Delphi que tem como objetivo facilitar e melhorar a tomada de decisões feitas por especialistas, através da aplicação de questionários. A sequência de etapas deste método é: escolha dos especialistas, construção do questionário, contato com os especialistas, envio do questionário, recebimento da análise feita, reparação do questionário

com as contribuições, envio do questionário atualizado e retorno dos especialistas (MARQUES; FREITAS, 2018).

O estudo de validação foi concluído em duas rodadas. Na primeira rodada, participaram 23 especialistas e o contato foi realizado via telefone ou correio eletrônico com os participantes da pesquisa sobre a possibilidade de participação da mesma. Após o aceite da participação na pesquisa, foi enviado o link para o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e para a primeira versão do questionário. Cada especialista analisou a relevância de cada item através da classificação de uma escala do tipo Likert composta por três categorias: pouca relevância, relevância moderada e muita relevância. Ainda, o questionário apresentava espaço para comentários gerais dos especialistas. Na primeira fase, o questionário foi enviado por meio da ferramenta online Research Electronic Data Capture (REDCap) com o prazo de 15 dias para retornar, com envio de lembretes durante este período.

A análise da 1ª rodada indicou um IVC abaixo do esperado e como houveram divergências em algumas questões, estas foram analisadas pelas pesquisadoras. Algumas das questões que obtiveram um IVC abaixo do considerado adequado foram retiradas do questionário e outras questões foram mantidas e justificadas. Dessa forma, foi enviado a nova versão do questionário para a 2ª rodada de validação pelos especialistas. Nesta etapa, o questionário foi enviado através do Google Forms.

A análise estatística foi realizada através do Índice de validade de conteúdo (IVC), o qual mede a proporção ou porcentagem de juízes que estão em concordância sobre determinados aspectos do instrumento e de seus itens. Permite inicialmente analisar cada item individualmente e depois o instrumento como um todo.

Aplicação do questionário

Após a validação do questionário pelos especialistas prosseguiu-se para a fase de aplicação do questionário validado na população alvo. O instrumento foi aplicado em dois Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) em Porto Alegre. Estes locais foram sugeridos pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) por serem mais apropriados para aplicação, uma vez que os usuários do serviço realizavam seu lanche no local e, assim, poderia ser feito o convite para participação na pesquisa. Os participantes que aceitaram participar eram direcionados pela pesquisadora a uma sala mais reservada. Primeiramente, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre

Esclarecido e colhida a assinatura. Para aqueles que não sabiam ler, foi autorizada a escrita do nome completo pela pesquisadora. Com o consentimento dos participantes, a aplicação do questionário foi realizada de forma física com papel impresso. Esta etapa da pesquisa teve duração de 2 meses entre junho a julho de 2022. Os questionários respondidos foram digitados em uma planilha com cada item codificado para análise estatística. Para esta pesquisa quantitativa foi realizada análise descritiva através de frequências absolutas e relativas (N e %), média e desvio padrão.

APÊNDICES

APÊNDICE A. Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) – Profissionais da saúde

Título da Pesquisa: Direito Humano à Alimentação da População em Situação de Rua: validação de um questionário sobre acesso à alimentação.

Você está sendo convidado/a a participar da pesquisa intitulada “Direito Humano à Alimentação da População em Situação de Rua: validação de um questionário sobre acesso à alimentação”. Este estudo tem como objetivo elaborar e validar um instrumento de verificação de acesso à alimentação de pessoas em situação de rua. Esta pesquisa faz parte do Mestrado em Ciências da Nutrição da UFCSPA da aluna Natália Borges Martins, sob orientação da prof.^a Dr.^a. Daniele Vinholes, professora do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Ciências e Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

A coleta de dados será na modalidade online por meio da ferramenta online Research Electronic Data Capture (REDCap). Os dados serão coletados através de um instrumento estruturado com questões relacionadas à acessibilidade à alimentação de pessoas em situação de rua. Sua participação irá qualificar o questionário e contribuir com sua elaboração. Esta pesquisa contará com o sigilo como uma das questões centrais e em nenhum momento será exposta a identificação dos/as participantes. Isso garante com que sejam respeitadas as respectivas privacidades e uma maior liberdade para que discorram livremente sobre as questões. Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer esclarecimento sobre o assunto. Para isso, basta entrar em contato com algum dos pesquisadores(as). Você tem garantido o direito de não aceitar participar da pesquisa ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação pela sua decisão. As informações desta pesquisa serão confidenciais e divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes.

Quanto aos riscos da pesquisa, afirma-se que estes são mínimos, pois a mesma não envolve procedimentos que possam ser prejudiciais física ou psiquicamente aos/às entrevistados/as. Porém, sabe-se que há a probabilidade de estresse devido ao questionamento sobre a situação de rua e, caso seja necessário, a entrevista será interrompida. Você não terá custo nenhum para participar desta pesquisa. É garantido o direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

No que tange aos benefícios, compreende-se que esta pesquisa pode ser bastante proveitosa validar um instrumento que verifica o acesso à alimentação da população em situação de rua grupo social a fim de contribuir com pesquisas sobre o tema.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor entre em contato com as pesquisadoras através do telefone ou e-mail abaixo. Este projeto foi Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o mesmo: Rua Sarmiento Leite, 245 - Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil - CEP 90050-170. Fone +55 (51) 3303-8804 ou através do e-mail: cep@ufcspa.edu.br. Caso você tenha interesse em participar do estudo, deverá selecionar a caixa abaixo, afirmando seu consentimento e após em “Próximo” para iniciar o questionário. Uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será enviada ao seu e-mail, caso seja do seu desejo. Caso você opte por não participar, basta apenas não prosseguir e fechar esta página.

Daniele Botelho Vinholes e-mail: danielebv@ufcspa.edu.br

Natália Borges Martins e-mail: natalia.martins@ufcspa.edu.br / 51 997098903

APÊNDICE B. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Participantes em situação de rua

Título da Pesquisa: Direito Humano à Alimentação da População em Situação de Rua: validação de um questionário sobre acesso à alimentação.

Você está sendo convidado/a a participar da pesquisa com o nome “Direito Humano à Alimentação da População em Situação de Rua: validação de um questionário sobre acesso à alimentação”. Este estudo tem como objetivo criar um questionário sobre acesso à alimentação de pessoas em situação de rua. Esta pesquisa faz parte do Mestrado em Ciências da Nutrição da UFCSPA da aluna Natália Borges Martins, sob orientação da prof.^a Dr.^a. Daniele Vinholes, professora da Universidade Federal de Ciências e Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

Caso você aceite participar da pesquisa, a pesquisadora irá fazer algumas perguntas sobre sua alimentação. Em nenhum momento você será identificado para que possa ter maior liberdade para responder o questionário. Durante todo o período da pesquisa você pode tirar qualquer dúvida. Para isso, basta perguntar diretamente para a pesquisadora ou ainda entrar em contato com algum dos pesquisadores(as). Você pode não aceitar participar da pesquisa ou pedir para não mais participar a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo da sua decisão. As informações desta pesquisa serão secretas, não havendo identificação dos participantes.

Os riscos para participar da pesquisa são mínimos, pois não tem procedimentos que possam lhe prejudicar. Caso haja algum estresse na participação da pesquisa, pode ser interrompida. Essa pesquisa não tem nenhum custo para participar. Se houver algum dano decorrente da pesquisa, é garantido o direito à indenização.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor entre em contato com as pesquisadoras através do telefone ou e-mail abaixo. Este projeto foi Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Em caso de dúvidas sobre as questões éticas deste estudo, você poderá consultar o mesmo: Rua Sarmiento Leite, 245 - Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil - CEP 90050-170. Fone +55 (51) 3303-8804 ou através do e-mail: cep@ufcspa.edu.br. Caso você tenha interesse em participar do estudo, deverá falar para a pesquisadora, afirmando seu consentimento para depois responder o questionário. Uma via deste termo pode ficar com você.

Caso você não queira participar, basta apenas falar para a pesquisadora.

Daniele Botelho Vinholes e-mail: danielebv@ufcspa.edu.br

Natália Borges Martins e-mail: natalia.martins@ufcspa.edu.br / 51 997098903

APÊNDICE C. Questionário de acesso à alimentação pela população em situação de rua

DATA: LOCAL: CÓDIGO:

DADOS GERAIS

1. **Sexo:** () feminino () masculino () prefiro não responder
2. **Idade** (em anos completos)
3. Você é de Porto Alegre? () sim () não
4. Você possui alguma renda? () sim () não
5. Você ganha algum benefício da Prefeitura? () sim () não
6. Em quanto tempo está em situação de rua ____ anos / meses / dias -
7. Você foi pra rua antes ou durante a pandemia? () antes () durante
8. **Utiliza o centro pop com que frequência?** () diariamente () 3-5x semana () 1-2x semana () quinzenalmente () mensalmente ()

Comentários gerais:

DADOS SOBRE SAÚDE

1. Você tem algum problema na saúde? (hipertensão, diabetes..)
(x) sim () não () não sei Se sim, qual?
2. Você consegue lavar as mãos antes de comer? () sim () às vezes () não

Comentários gerais:

DADOS SOBRE ALIMENTAÇÃO E ACESSO

1. **Onde foi sua última refeição?**
2. **Quando foi sua última refeição?**
3. **O que você comeu pela última vez?**
4. **Quantas refeições você faz por dia?** () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ou mais
5. **De qual forma você consegue o alimento?** () Eu mesmo consigo comprar (x) ganho de um projeto social () acesso em um restaurante () acesso de um instituição pública, como o centro pop ou albergue (x) doação () outra forma
6. **Onde você costuma fazer as refeições?** () em um restaurante privado () local público () Instituição pública

7. **Você costuma comer acompanhado ou sozinho?** () acompanhado () sozinho

8. **Quais alimentos você tem acesso?**

() feijões e leguminosas

() cereais (macarrão, polenta, arroz, pães, trigo)

() raízes e tubérculos (mandioca, batata, inhame, cará)

() legumes e verduras

() frutas

() castanhas e nozes

() leite e queijos

() carnes e ovo

() industrializados ultraprocessados (biscoito, salgadinho, massa instantânea)

9. **Dentre os alimentos que você tem acesso, qual é a frequência?**

	Não se aplica	Todos os dias	5 a 6x / semana	3 a 4x / semana	1 a 2x / semana	Menos de 1x / semana
Feijões e leguminosas						
Cereais						
Raízes e tubérculos						
Legumes verduras						
Frutas						
Castanhas e nozes						
Leite e queijos						
Carnes e ovo						
Ultraproces -						

sados						
-------	--	--	--	--	--	--

10. **Existem alimentos que você não gosta de comer?** () sim () não

Se sim, quais?

11. **Por que você não gosta desses alimentos?** () gosto / paladar () crença () cultura () outro motivo

12. **Você consegue escolher os alimentos que vai comer?** () sim () às vezes () Não

13. **Algum profissional da saúde já te orientou quanto à sua alimentação?**

() sim () não

14. **Você costuma comprar alimentos?** () sim () não Se sim, quais alimentos você compra?

() feijões e leguminosas

() cereais (macarrão, polenta, arroz, pães, trigo)

() raízes e tubérculos (mandioca, batata, inhame, cará)

() legumes e verduras

() frutas

() castanhas e nozes

() leite e queijos

() carnes e ovos

() industrializados ultraprocessados (biscoito, salgadinho, massa instantânea)

15) **Onde você compra?** () no mercado () na feira () nos dois () em outro local

16) O que o alimento significa pra você?

17) Qual seu alimento favorito?

18) O que é alimentação saudável para você?

19) O que você já fez para poder comer?

20) Como era a alimentação antes da situação de rua?

Comentários Gerais: